

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Aproximações sucessivas uma forma de construir reformas curriculares

Aida Rotava Paim*

A Proposta Curricular de SC/ 1988 – 1991, constituiu-se de um esforço coletivo dos profissionais da educação para a democratizar a educação escolar em Santa Catarina, a partir do Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação 1988-1991. A política educacional adotou como forma de construção do texto a *metodologia de aproximações sucessivas*, no intuito de buscar a participação de todos os profissionais da educação, para engajar-se no processo.

Os documentos estudados possibilitaram pelo menos dois entendimentos do que seria a “*metodologia de aproximações sucessivas*” inicialmente, consistia em uma forma de produção de conhecimento coletivo, que tinha por referência os documentos “Plano Diretor de Ensino”, “Política de alfabetização” e “Documento preliminar para uma proposta curricular”, que representavam as novas concepções de educação, homem e sociedade as quais os educadores catarinenses deveriam aproximar com o que já vinham realizando na escola.

O segundo consiste nas sucessivas aproximações geográficas regionais, para facilitar a operacionalização das discussões e suas sistematizações, como podemos observar nesse cronograma:

De 07 a 11 de agosto de 1989 houve encontros nos pólos em Brusque – Chapecó e Florianópolis com os grupos por disciplina numa primeira aproximação com as regiões e unidades escolares.

De 2 a 6 de outubro de 1989 nos pólos de Laguna, Brusque e Balneário Camburiú, uma segunda aproximação.

De 13 a 15 de dezembro de 1989, na cidade Laguna, a terceira aproximação que sistematizou a proposta da Pré-escola até o 2º grau (SANTA CATARINA, 1991, p.9).

A forma como o texto foi escrito possibilitou a dupla interpretação da metodologia de aproximações sucessivas. A aproximação dos diferentes saberes, do senso comum e do conhecimento científico, para a síntese da totalidade e aproximação dos diferentes saberes das regiões geográficas sintetizarem-se na *linha única* do resgate dos conteúdos científicos.

A Proposta Curricular, exigia de cada profissional da educação disponibilidade para estudo, tempo para organizar suas aulas fundamentadas no saber científico vinculado

*Doutoranda da FE/UNICAMP, Bolsista do CNPq

com a realidade próxima e distante do aluno. Essas exigências fizeram com que os profissionais entrassem em conflito, devido à organização dos tempos e espaços escolares serem programados somente para o atendimento do aluno, nas salas de aula.¹

O trabalho coletivo de construção da proposta era interrompido, por diferentes motivos, entre eles greve dos professores, troca de pessoal administrativo, rotatividade de professores, professores trabalhando em várias escolas, entre outros. Dessa forma, o que era planejado e proposto em um encontro, modificava-se no seguinte e o resultado do trabalho divergia do esperado, mesmo assim houve as discussões e resultaram-se as sínteses.

A síntese dessas discussões foram publicadas em 3 jornais à medida que aconteceram os encontros (aproximações). Esses jornais foram editados e publicados pela Secretaria de Estado da Educação e pela Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, (nenhum deles trouxe a tiragem). Sua distribuição foi via - UCRES para todas as escolas do estado.

Esse trabalho teve uma abrangência maior do que o encontro dos pólos, pois neles reuniam-se somente os delegados, ou representantes das Coordenações Locais de Educação – CLEs, distribuídas por todo o estado, os quais promoviam nas localidades a discussão dos documentos norteadores, bem como a proposta dos conteúdos que deveriam compor o currículo prescrito por disciplina e área de conhecimento.

A Secretaria de Estado da Educação – SEE, através da equipe da Coordenadoria de Ensino – CEDEN, acompanhava o processo nos pólos regionais para, com o grupo dos especialistas (professores de cada disciplina e/ou área de conhecimento), sistematizarem e dar formato a cada jornal. Os jornais continham na primeira página discursos dos representantes políticos administrativos do estado, que se dirigiam aos educadores com palavras de estímulo ao trabalho proposto e chamavam para a responsabilidade da função social da escolarização naquele momento histórico de redemocratização. Na seqüência apresentava o trabalho específico de cada aproximação sucessiva.

Destaco a articulação dos gestores técnicos e políticos, através de seus editoriais; o discurso articulado sobre democracia e participação e as formas de controle na produção do documento e deste sobre seus implementadores.

O Jornal nº 1- “A secretaria de Estado da Educação lança a primeira edição da PC, discutida pelos segmentos educacionais da rede pública do Estado”, trazia em seu expediente

¹ O termo profissionais da educação congrega todos os envolvidos no trabalho escolar, tanto pedagógico, como administrativo

a organização do governo de Pedro Ivo Figueiredo de Campos. Constituiu-se um documento de implementação de política de governo.

O editorial do primeiro jornal continha esclarecimentos sobre o documento base, que serviriam de referencial para as discussões preliminares. Estimulou os professores, os pais e os alunos a participarem da construção da proposta afirmando:

A Proposta Curricular é um desafio à responsabilidade social, enquanto convite à participação na construção de uma prática capaz de oferecer respostas efetivas ao problema da qualidade do ensino; um verdadeiro mutirão intelectual para reoxigenarmos os ânimos que, por razão qualquer, esmoreceram ou se desmotivaram no meio da caminhada (SANTA CATARINA, s.d. 1ª página).

A equipe que estava à frente dos trabalhos tinha presente que as ações desse governo, em retirar direitos que a categoria do magistério havia conquistado no documento da Democratização da Educação, bem como os períodos de greve, sem sucesso, haviam esmorecido os ânimos dos profissionais da educação catarinense. Mas convidou para a participação em nome da melhoria da qualidade de ensino, sendo esta responsabilidade de todos. E esse apelo esteve sempre presente quando da elaboração da proposta.²

Observando os planos e propostas para a educação de SC percebe-se que a mística da participação esteve presente, ou no momento da elaboração do plano, ou na organização curricular. A sociedade foi chamada a contribuir. Segundo Laville, (1998, p. 120) “[...] em uma sociedade liberal, este tipo de ação é prevista – quando não é encorajada – justamente para afiançar o caráter liberal da sociedade; estas ações estão entre os elementos reguladores do sistema e, talvez, contribuem para assegurar-lhe a perenidade”.

Embora as políticas liberais usem de estratégias de participação em momentos diferenciados dos envolvidos nos processos de mudança, é importante salientar que não se faz reforma de educação sem a participação dos professores (LAVILLE, 1998 e POPKEWIZ, 1998).

Entendo as reformas como construções sociais, como tal, não-dotadas de neutralidade. Laville (1998, p. 110) em diálogo com Popkewitz, considera que todo o programa “é filtrado e transformado pelas condições sociais em que se realiza”.

O Jornal nº 1 trouxe, também, um pronunciamento do Secretário da Educação José Tafner, que dirigiu-se aos professores, fazendo um apelo para que deixassem de lado as animosidades com relação as lutas salariais e pensassem em nome do “*sério e eivado amor à educação e à criança*”. Enalteceu a dedicação e a competência dos professores para a

² No período de 1982 a 1986, na gestão de Esperidião Amin, houve um movimento de Democratização da Educação, no qual os professores produziram, pelo planejamento participativo, um texto com os problemas da educação catarinense e apontando deliberações para a solução dos mesmos. O qual no governo da gestão seguinte ignorou e propôs a construção da Proposta Curricular.

produção da “Nova Proposta Curricular, uma resposta constante aos reclamos da sociedade catarinense: melhoria da qualidade do ensino” (SANTA CATARINA, s.d. 1ª página).

O secretário afirmou ainda, que: “Não é uma proposta pronta, acabada e prosaica, mas uma proposta de estudo constante, sereno e profundo do conteúdo programático e do trabalho de formação do homem no contexto social.” Continuou dizendo que a proposta independe de “linhas ideológicas”, está alicerçada na “atitude científica e na postura educativa de cada professor”. Concluiu acreditando no profissionalismo e honestidade para orientação cultural e formativa do homem de amanhã.

Tafner agiu como motivador, o novo modelo de gestor – gestor técnico e político - conforme Nogueira (1998, p.189):

[...] o gestor técnico e político, isto é, operar como um agente de atividades gerais que possui conhecimentos específicos, como um planejador que trabalha ‘fora’ dos escritórios com os olhos no processo societal abrangente, em seus nexos contraditórios e explosivos; como um profissional cujo êxito depende de uma dinâmica que não é friamente controlável, mas é essencialmente política e, como tal, não se deixa isolar dos interesses e das paixões humanas. Seu raio de ações está colado aos problemas da democracia, da representação e da participação.

O secretário de estado da educação, representante do poder público, imbuído na tarefa de uma reforma curricular que exigiria a participação dos professores - que pelo já relatado apresentava-se em desânimo -, além do saber técnico e administrativo que a função lhe exigia, teve atitude política de enaltecer o trabalho dos profissionais da educação e chamar para a responsabilidade da melhoria da qualidade de ensino.

Para o momento democrático exigia-se um professor que respondesse a este ideal . Como nos coloca Popkewitz (1998, p. 157) “O ‘novo’ professor (e a “nova” criança) é ‘re-elaborado’ como indivíduo ‘dotado de poder’ e solucionador de problemas, capaz de responder de maneira flexível aos problemas que não têm um conjunto definido de limites ou respostas singulares”.

Esse profissional precisava estar aberto às novas propostas, independente das situações adversas que ocorreram no conjunto do exercício de sua profissão.

Enfatizo o caráter político do texto para a categoria dos professores, porque considero que o apelo à participação caracteriza uma política cultural importante: ao conclamar aos professores que esquecessem as animosidades, apesar de não haver solucionado os problemas que a criaram, o documento apresenta uma ressonância com o clima de redemocratização que vivia-se no país, e embora a participação resultasse numa efetiva mudança de comportamento, com outras responsabilidades sobre a proposta, parece que a tentativa dos administradores do estado, naquele momento, era a de restabelecer

relações de trabalho, assim como refazer os pactos sociais, tendo como base a necessidade incontestada pelos distintos agentes da educação em melhorar a educação e modificar as formas de produção da política local.

O Jornal nº 2 – foi editado em nov/89, no qual consta o Conteúdo/Forma nas diversas áreas do conhecimento básico. Esse jornal foi uma continuidade dos trabalhos realizados no anterior. Na primeira página o texto “Duplo Desafio”, escrito pelo Coordenador Mário Cesar Brinhosa, reforçava a idéia de ser um desafio construir a Proposta Curricular e que deveria ter sempre como referência o documento preliminar e o Jornal nº 1.³

Para dar visibilidade ao processo de descentralização e de participação apresentou os nomes dos educadores das disciplinas e áreas de conhecimento, bem como dos consultores externos advindos das diferentes universidades do país envolvidas na construção dos textos.

Os textos do jornal nº 2 apresentavam concepções teóricas e metodológicas das áreas específicas, procurando aproximar-se da concepção crítica da educação.

O destaque do jornal nº 2 foi a preocupação com a continuidade do processo de reorganização curricular fundamentado na organização disciplinar, o que ratifica a busca pelos conhecimentos científicos enfatizados pelo secretário da Educação José Tafner na carta endereçada aos professores ainda no Jornal nº 1. “Uma proposta que independe de linhas ideológicas porque se alicerça na atitude científica e na postura educativa de cada professor” (SANTA CATARINA, s.d. 1ª página).

Essa afirmação me leva a questionar se a atitude científica não é ideológica, e se ela se constitui “a verdade”? No meu entendimento esta afirmativa entra em contradição com o caráter histórico da produção do conhecimento que o documento norteador vem propondo.

O texto “Duplo desafio”, que abre o segundo jornal, destaca a necessidade e a importância da produção coletiva na PC/SC e chama a atenção para as seguintes preocupações, a autonomia do processo, a seleção, organização e seqüência dos conteúdos, conforme os referências do documento norteador, visando a interdisciplinaridade e a mudança de concepção e prática pedagógica.

Essas preocupações estavam voltadas ao objetivo maior que era de construir uma PC abrangente, contemplando a totalidade dos conhecimentos, e interdisciplinar, evitando assim que ocorresse a discussão sobre um aspecto único, de assuntos específicos do campo disciplinar.

³ O documento que no jornal nº 1 foi apresentado como “Documento preliminar para uma proposta curricular”, é o mesmo texto “Documento norteador da PC” trabalhado no capítulo I.

A PC estava estruturada por disciplinas e buscava a interdisciplinaridade. Tinha uma linha histórica e filosófica que a norteava. Propôs uma metodologia específica para a elaboração do texto pelos professores que passaria a ser adotada em sala de aula com os alunos. Definira que os conteúdos a serem trabalhados seriam os científicos.

O debate no interior das escolas, restringiu-se as questões educacionais, na disputa de conteúdos e número de aulas. Os professores envolvidos nesse debate, centram esforços nas discussões pedagógicas e administrativas, ficando limitado seu tempo para as questões, gerais da educação, da sociedade, da construção da disciplina e da organização política da categoria.

A estratégia de trabalhar com a *metodologia de aproximações sucessivas*, possibilitou o acompanhamento dos professores, pelas equipes da CODEN, orientando o debate e evitando que o assunto tomasse outros rumos. A participação dos professores foi monitorada durante todo o processo.

Naquele momento da reforma, os educadores catarinenses movimentavam-se coletivamente pelas lutas trabalhistas. Houve o envolvimento de muitos profissionais da educação, alguns vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública do Ensino do Estado de Santa Catarina – SINTE/SC, que apresentavam reflexões sobre os aspectos gerais da educação e de certa forma mobilizavam para as lutas da categoria.

Defendiam qualidade de educação para todos, bem como a qualificação dos professores e remuneração condigna. A pauta de reivindicação centrava-se na democratização da educação, com eleição dos diretores, organização do Plano Estadual de Educação e do Plano de Cargos e Salários.

O coletivo dos professores produzia ações na construção da PC no sentido de “reconstruir princípios de participação e responsabilidade que iriam induzir os pais e a comunidade a subscrever as racionalidades políticas” (POPKEWITZ, 1998, p. 155). Nas lutas da categoria, os conflitos eram inevitáveis, pois como o governo chamava a responsabilidade para as relações de trabalho, a categoria se constituía como uma instituição na busca de direitos.

O jornal nº 3 foi editado com o título “Uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos”, que apontou a dimensão da reforma a que se propôs. Nesse jornal, o expediente mudou devido a morte do governador Pedro Ivo Campos: assumiu o governo o vice-governador Casildo João Maldaner, o qual compôs sua equipe administrativa.

O novo Secretário da Educação, Julio Wiggers, escreveu o editorial de apresentação do documento à rede de ensino. Destacou o entusiasmo e a dedicação dos professores na elaboração do documento e, ainda, a importância que teve o

[...] espaço de estudo e discussão, garantido pela SEE, foi decisivo para que se oportunizasse a construção desta proposta, calcada na reflexão, estudos e discussões dos fundamentos científicos de cada área do conhecimento, e, elaborada por profissionais capazes, competentes e confiantes na possibilidade de fazer acontecer um ensino de melhor qualidade (SANTA CATARINA, 1990, primeira página).

Novamente, a figura do gestor público, técnico e político aparece como o motivador, destacando a importância do órgão gerenciador, a SEE, a qual garantiu os espaços para estudo e discussão: ratificando os estudos científicos e valorizando os profissionais envolvidos no grande desafio de melhorar a qualidade de ensino.

Paralelo aos estímulos verbais ao trabalho dos professores, a Secretaria de Estado de Educação, usou os seguintes mecanismos para manter os professores envolvidos no processo: a dispensa das aulas para os alunos; a exigência da presença para não desconto do dia parado; a certificação de horas de aperfeiçoamento. Com esses mecanismos, o professor obrigava-se a participar, questiona-se quanto ao entusiasmo, posto em relevância pelo secretário.

O Coordenador de Ensino, que se mostrou articulado, pois fez uma retrospectiva, fundamentada no Plano de Ação da SEE 1988/91 em que um dos grandes desafios era a reorganização curricular.⁴

concebendo o currículo a se construir, um elemento capaz de cooperar com a escola no seu papel de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e de emancipar o cidadão, dando a ele a possibilidade de compreender as relações sociais das quais participa, numa visão científica, que supere o senso comum e a visão apenas ideológica (primeira página).

Esse discurso vinha influenciado pela literatura da pedagogia “crítico-social dos conteúdos”, fundamentada por José Carlos Libâneo e Dermeval Saviani, que teciam crítica à escola tradicional e à escola nova, quanto à ação política e ação educativa, e sinalizam a necessidade da perspectiva historicizadora, buscando a superação da consciência ingênua na direção da consciência crítica (SAVIANI, 1986)

A discussão para superação da visão ingênua da sociedade permeava os discursos que visavam mudar a forma de ver a educação, ou seja, tê-la como histórica e cultural. Segundo Libâneo, (1986, p. 134) “a invenção da escola na sociedade não é mera casualidade,

⁴ Paulo Hentz Coordenador de Ensino da SEE, foi Conselheiro do Conselho Estadual de Educação, afastou-se para o doutorado e retornou a assumir o posto em mar/2005. É doutor em educação pela Universidade de Seigen, na Alemanha. Foi Diretor da Educação Básica. na gestão de governo 2002-2005. Em 2006 voltou a ser membro do Conselho Estadual de Educação.

mas resultado de necessidades e exigências sociais, que lhe dão o caráter inelutável de historicidade e ação formativa existente”.

Assim, com professores críticos e conteúdos científicos, trabalhados a partir da prática social, a escola estaria contribuindo para uma sociedade mais justa e de cidadãos emancipados.⁵

Nessa terceira edição do jornal, o coordenador Paulo Hentz ressaltou que a metodologia de aproximações sucessivas foi mantida nas três etapas de encontros realizados, e apresentando um crescente nível de complexidade e aprofundamento.

Esse modo de conduzir os trabalhos, gerou a possibilidade de organizar-se coletivamente, pelo menos entre profissionais de disciplinas comuns. A proposta de cada disciplina era pensada para todos os níveis de ensino desde o pré-escolar até a 3ª série do 2º grau, dando, assim, uma visão de totalidade do currículo escolar, com a devida fundamentação, metodologia, o rol de conteúdos e a forma de avaliação.

Em todas as edições do jornal foi reforçada a importância da metodologia de aproximações sucessivas, visando a superação do trabalho individual, para a visão do trabalho coletivo. Assim houve o envolvimento do Órgão Central (Secretaria de Estado da Educação) e seus órgãos descentralizados para, a partir de uma discussão científica, produzir coletivamente o texto da proposta.

A metodologia de aproximações sucessivas naquele momento do trabalho evidenciou que ela se constituía mais do que uma forma de produzir um documento; constituiu-se em uma forma de conceber o conhecimento. E conceber o conhecimento na sua totalidade, exige do professor modificar a forma de trabalhar os conteúdos, de relacionar-se com os alunos e de avaliar todo o processo.

O discurso do secretário e o do coordenador tinham em comum a melhoria da qualidade de ensino, porém, o secretário falou em equidade social, um termo que remete a pensar que essa reforma, queria alterar as relações sociais, tinha uma dimensão política para além do fazer pedagógico. Já o Coordenador estava centrado na elaboração da proposta e nos mecanismos que garantiriam sua produção. A dimensão era de organização hierárquica, de reconhecimento à boa vontade da SEE; tinha a preocupação de manter a metodologia de “aproximações sucessivas” para educar e orientar uma prática pedagógica de planejar o trabalho, dos educadores catarinenses. Assim os órgãos centrais, construíam reformas curriculares regulando a participação democrática dos profissionais da educação.

⁵ “Prática Social” ponto de partida e de chegada do estudo de Dermeval Saviani sobre sua teoria que chamou de “pedagogia revolucionária” “colocar a educação a serviço da referida transformação das relações de produção” SAVIANI, (1986, p.79).

Fontes

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular.** Jornal n. 1. s.d.
SANTA CATARINA. **Proposta Curricular.** Jornal n. 2. 24/11/1989
SANTA CATARINA. **Proposta Curricular.** Jornal n. 3. junho/1990
SANTA CATARINA. **Proposta Curricular: uma contribuição para a escola pública do Pré-Escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos.** IOESC. Florianópolis, SC.1991

Referências Bibliográficas

LAVILLE, Christian. A próxima reforma dos programas escolares será mais bem-sucedida que a anterior? In: WARDE, M.J. (org.) **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas.** São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. p.109 – 124.
LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública; a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 4.ed.São Paulo:Loyola, 1986.
NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da Política; idéias para a reforma democrática do Estado.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.
POPKEWITZ, Thomas S. A administração da liberdade: a cultura redentora das ciências educacionais. In: WARDE, M.J. (org.) **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas.** São Paulo, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998. p.147 -172.
SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 13. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados. 1986.